

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA  
FACULDADE AMADEUS - FAMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**ANA CONCEIÇÃO MOTA SANTOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR**

**Aracaju – SE  
2019.1**

**ANA CONCEIÇÃO MOTA SANTOS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR**

Artigo Científico apresentado à Faculdade Amadeus como Trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

**Orientador: Msc. Carla Daniela Kohn**

**Aracaju – SE**

**2019.1**

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

Ana Conceição Mota Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo pretende analisar as políticas públicas de educação inclusiva no ensino regular, suas execuções e eficácias em escolas no município de Aracaju/SE. Para tanto se lançou a questão “como vem sendo executadas as políticas públicas de educação inclusiva no ensino regular em determinadas escolas de ensino fundamental no município de Aracaju/SE?”. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo avaliar como vem sendo efetivadas as políticas públicas de inclusão do aluno com necessidades especiais em determinadas escolas. Justificou-se a escolha dessa temática, pois incluir alunos com deficiência na modalidade regular de ensino é um grande desafio educacional, se faz necessário um trabalho constante e em grupo, a escola precisa criar oportunidades que permitam que essa inclusão aconteça. A metodologia desse estudo de cunho qualitativo foi composta de pesquisa bibliográfica apoiada em autores como Edler (2010), Mazzota(2001), Souza(2005) e a própria legislação referente a temática. Seguida de uma pesquisa de campo realizada em duas escolas, onde em contato com a equipe pedagógica foi aplicado um questionário para os mesmos, e em contato com as crianças foram relatadas e observadas experiências. Conclui-se que em partes as políticas públicas de inclusão estão sendo colocadas em pratica, existem ainda falhas que precisam ser reparadas, a inclusão precisa de mais de atenção dos órgãos públicos e da sociedade é necessário que os órgãos responsáveis fiscalizem e que as comunidades onde as escolas estão inseridas cobrem.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Ensino Fundamental. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

The present study intends to analyze the public policies of inclusive education in regular education, its executions and efficacies in schools in the city of Aracaju / SE. For that, the question was raised "how have the public policies of inclusive education been implemented in regular education in certain elementary schools in the city of Aracaju / SE?". In this sense, the present study had as objective to evaluate how the public policies of inclusion of students with special needs in certain schools have been made effective. The choice of this topic was justified, since to include students with disabilities in the regular modality of education is a great educational challenge, if constant and group work is necessary, the school must create opportunities that allow this inclusion to happen. The methodology of this qualitative study was composed of bibliographical research supported by authors such as Edler (2010), Mazzota (2001), Souza (2005) and the legislation related to the subject. Following a field survey carried out in two schools, where a pedagogical team was contacted, a questionnaire was applied to them, and in contact with the children, experiences were reported and observed. It was concluded that in public inclusion policies are being put into practice, there are still shortcomings that need to be repaired, the precise inclusion of more attention from public agencies and society, it is necessary

---

that the responsible organs supervise and that the communities where the schools are inserted cover.

**Keywords:** Inclusive education. Elementary School. Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como foco principal, verificar como estavam sendo executadas as políticas públicas de educação inclusiva em determinadas escolas do ensino fundamental, no município de Aracaju/SE.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2018) todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ter assegurado seus direitos de aprender no ensino regular nas séries correspondentes às suas faixas etárias.

Dentro desse contexto questionou-se: como estavam sendo executadas as políticas públicas de educação inclusiva no ensino regular em determinadas escolas de ensino fundamental no município de Aracaju/SE?

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral: Avaliar como vem sendo efetivadas as políticas públicas de inclusão do aluno com necessidades especiais em determinadas escolas de ensino fundamental no município de Aracaju/SE. E como objetivos específicos conhecer o planejamento pedagógico feito para atender a necessidade do aluno deficiente na escola A e na escola B; identificar as políticas públicas inclusivas; e investigar quais tipos de deficiências a referida escola recebe.

Justifica-se a escolha dessa temática, pois incluir alunos com deficiência na modalidade regular de ensino é um grande desafio educacional, se faz necessário um trabalho constante e em grupo, a escola precisa criar oportunidades que permitam que essa inclusão aconteça além das paredes de sala de aula regular, precisando acontecer também, nas bibliotecas, no pátio, na quadra de esportes, etc.

Este estudo visou apresentar uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa de campo. De acordo com GIL (2002), as pesquisas qualitativas provem de vários fatores, como por exemplo, a natureza dos dados reunidos, a amplitude da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que conduziram a investigação.

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que é necessariamente geográfica, já que pode ser de uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes, para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. (GIL, 2002, p.53)

O suporte teórico à temática foi baseado na Constituição Federal (1988), na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL- LDB, 1996) e a declaração de Salamanca (1994). A pesquisa aconteceu em duas escolas públicas do município de Aracaju SE, uma no bairro Luzia outra no Novo Paraíso, visto que se observou em ambas as escolas às turmas do 3º ano por um período de tempo, em média uma semana, assim caracterizando a pesquisa como fundamentada no tempo transversal, dado que, “No estudo transversal (ou seccional), a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, em um determinado momento, ou seja, em um ponto no tempo, tal como agora, hoje.” (FONTELLES, 2009, p.7).

A pesquisa foi dividida em quatro momentos sendo que no primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica para o aprofundamento da temática baseada em autores como Edler (2010), Mazzota (2001) e Souza (2005); no segundo momento foram feitas as observações em diferentes espaços da escola, buscando responder às questões levantadas a partir do comportamento e atitudes de professores e alunos. Para tanto fui até às escolas conhecer as estruturas físicas e as coordenações pedagógicas. Contatei com os/as docentes responsáveis pelas turmas que foram observadas, com o objetivo de entrevistar e conhecer as metodologias de ensino adotadas por eles/elas.

Na sequência estive em observação em salas de aula e nos demais ambientes, buscando analisar, verificar, conversar e se possíveis fazer algumas perguntas aos alunos portadores de deficiência e colegas ditos normais, para saber como eles se veem no meio em que estão e como se sentem em relação à inclusão (mediante autorização do gestor).

No terceiro momento foram analisados os dados coletados associando-os aos autores utilizados no referencial teórico; e para finalizar no quarto momento foram elaboradas as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A comunidade escolar e os órgãos governamentais têm como dever repensar e replanejar o sistema de ensino com o intuito de incluir alunos com deficiência e acabando com a exclusão dentro do sistema educacional. Porque de nada adianta inserir um aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular e o professor não conseguir mediar seu aprendizado de acordo com suas dificuldades. Nas palavras de Stainback e Stainback (1999 apud Dupont Ló 2010) "Perceber e aceitar o aluno com suas diferenças é fundamental para a construção de uma nova identidade de escola, a inclusiva".

### **2.1. Conhecer o planejamento pedagógico feito para atender a necessidade do aluno deficiente na escola.**

Para que o professor possa agregar o aluno com deficiência dentro de suas propostas pedagógicas ele precisa conhecer e entender suas limitações, respeitá-lo dentro de suas diversidades individuais do seu aprendizado. Cabe ao professor o fazer pedagógico, porém a escola deve proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento dos alunos, não esquecendo também que o sistema governamental deve fazer sua parte por meios de políticas públicas que veraz que venha atender aos educandos. As políticas públicas devem garantir esse processo, sempre regulado nas legislações que caracterizam a igualdade e o direito das pessoas com necessidades especiais na sociedade. O professor também precisa ter acesso a capacitações, (BRASIL, 1988, p.161) "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; ”.

Para que se obtenha um bom resultado em qualquer atividade é necessário fazer um planejamento. O planejamento educacional/escolar é fundamental para que se alcance uma boa prática pedagógica. Planejamento educacional:

É a proposta geral de experiências de aprendizagem que serão oferecidas pela escola, incorporada diversos componentes curriculares. Dá a espinha dorsal da escola, desde as series iniciais até os terminais. (VASCONCELLOS,2002 p.95).

O professor tem no planejamento o caminho de suas praticas de ensino e o sinalizador do ensino/aprendizagem dos seus alunos.

## **2.2. Identificar as políticas públicas inclusivas vigentes na escola**

Para assegurar o direito de todos os alunos o Ministério da Educação apresenta a Política Nacional de Educação Especial no aspecto de Educação inclusiva, que almeja constituir políticas públicas capazes de promover uma educação igualitária e de qualidade para todos.

A Constituição Federal de 1988 tem como objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília art. 3º Inciso IV, 2017, p.15). Define no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206 (Brasil. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil Brasília art. 206, p. 160), Inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Plano Nacional de Educação- PNE, (Lei nº10.172/2001, p. 4), destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao determinar objetivos e estipular metas para um bom desempenho e atendimento das necessidades educacionais.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1998, p. 17 e 18).

Temos também a lei Nº 13.146/2015 que implementa a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência designada a garantir e promover de forma igualitária o desempenho dos direitos e das liberdades essenciais por pessoa com deficiência aspirando sua inclusão social e cidadania.

A lei Nº 7.853/1989, p.18 “Dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua interação social, sobre a Coordenadoria Nacional para interação da pessoa com deficiência”.

### **2.3 Tipo de Deficiências a referida escola recebe.**

Segundo a Dra. Rizzo (2011, p.6) com base na Lei nº 7.853/1989 (BRASIL, 1989) deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. E limitação é o termo usado por muitos para definir a Deficiência, entretanto todos os seres humanos possuem algum ou vários tipos de limitações, seja de ordem física, psicológica ou mental. A maior limitação de um deficiente é a sociedade, que cria barreiras para que os mesmos desenvolvam suas habilidades.

Ainda em relação a diversidades, devido ao tradicionalismo da maioria de nossas escolas, uma das questões problemáticas para muitos dos nossos professores é: como desenvolver a prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, sensível a diversidades, as diferenças individuais. (EDLER, 2010, P 89)

Inclusão são ações elaboradas com o objetivo acabar com a exclusão causada pelas diferenças de classes sociais, deficiência, gênero, etc. A instituição escolar assim como os demais setores de nossa sociedade deve buscar incessantemente a inclusão, sempre buscando maneiras de derrubar as barreiras levantadas pelo preconceito.

A inclusão não prevê a utilização de praticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levava em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, apud EDLER,2010, p.14)

Em uma visita prévia às escolas, para saber os tipos de deficiências, visitadas foi possível observar que elas recebem discentes com três deficiências específicas, são elas: Síndrome de Down (SD), Transtorno de Espectro Autista (TEA) e Deficiência intelectual (DI).

De acordo com BRASIL (2013) o médico John Langdon Down foi o primeiro a perceber e relatar a singularidade das semelhanças físicas que algumas crianças possuíam e agregadas a elas o atraso mental. A primeira definição usada por Langdon para definir a síndrome foi o termo “mongolismo”.

A Síndrome de Down (SD) ou trissomia dos 21 é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a diversidade humana. A presença do cromossomo 21 extras na constituição genética determinam características físicas específicas e atraso no desenvolvimento. (BRASIL, 2012, p.9)

O transtorno de espectro autista de acordo com Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), conhecido como Autismo foi estabelecido por Kanner, em 1943:

Sendo primeiramente denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características comportamentais com características próprias e bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos e repetitivos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. (TAMANAHA, PERISSINOTO e CHIARI, 2008, apud. NAZARI ET al p.2).

Segundo TÊDDE (2012, p.23) Deficiência intelectual (DI) é definida pela diminuição da capacidade cognitiva, ou seja, o QI da pessoa com DI é baixo do considerado normal. Podemos afirmar que uma pessoa com deficiência intelectual tem sua idade cronológica diferente da sua idade mental, sendo sua idade mental sempre será consideravelmente menor que sua idade cronológica.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 103 apud TÊDDE, 2012, p.23)

O professor deve estar atualizado sobre as deficiências, ler a respeito e fazer capacitações, para facilitar na percepção das dificuldades e assim abrir um leque de ideias para as adaptações necessárias de materiais e também da metodologia a ser trabalhada, porque nas palavras de MAZZOTA (2011, p.16) “As coisas e situações desconhecidas nos causam temor...”. Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores consigam enxergar as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações.

Além disso, uma vez mais insisto que a educação inclusiva envolve outros atores e autores, além dos profissionais da educação. Se não conseguirmos essa desejável articulação entre políticas pública, levaremos muito mais tempo do que o previsto ale da questionável sustentabilidade das ações. (EDLER, 2010, P, 91)

A idealização e construção de uma escola de qualidade para todos na filosofia inclusiva é almejada por muitos gestores, professores, alunos, pais e sociedade, porém sabemos que há muito a ser conquistado e aprimorado para que todos tenham uma educação de qualidade onde suas diferenças, necessidades e limitações sejam respeitadas, supridas e aceitas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante dos dados coletados são indiscutíveis as dificuldades encontradas pelos alunos com deficiências nas instituições de ensino regular.

Para discussão chamaremos as escolas de A e B. A escola “A” atende apenas crianças do 1º ao quinto ano, do Ensino Fundamental, já a escola “B” atende do 1º ao 9º ano.

Área de formação e atuação dos professores entrevistados: na Escola A é de Licenciatura em Pedagogia. E na Escola B é de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Geografia.

Na escola A apenas uma coordenadora e uma professora foram entrevistadas. A professora atende em uma turma do 3º ano com 25 alunos, sendo um com deficiência intelectual, em anos anteriores ela já havia trabalhado com alunos portadores de Síndrome de Down.

A deficiência intelectual é uma deficiência que apresenta déficits cognitivos concomitantes ao funcionamento adaptativo, em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança. (Tédde,2012, p.6)

A professora informou que sua maior dificuldade esta no planejamento das atividades, na comunicação e no relacionamento.

As relações entre professores e alunos, as formas de comunicação, os aspectos afetivos e emocionais, as dinâmicas das manifestações na sala de aula fazem parte das condições organizativas do trabalho docente, ao lado de outras que estudamos. . (Libaneo, 2013, p.274)

Quando questionada a respeito da qualidade de ensino da turma se mantinha ou sofria quedas com a inserção de alunos com deficiência, a mesma respondeu que sim, há uma queda na qualidade de ensino/aprendizagem porque é necessário repetir por inúmeras vezes os mesmos conteúdos e o aluno não entende e os demais colegas de classe reclamam por ouvirem assuntos repetitivos, impedindo-a de da continuidade as atividades.

Caracterizada pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades. . (Tédde, 2012, p.23)

Ela já não acredita que seja possível a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular e criticou que faltam capacitações promovidas pelo governo, que faltam apoio em sala de aula, faltam orientações pedagógicas, etc.

De acordo com Martins et al (2011) na escola é possível encontrar algumas representações e praticas de exclusão voltada para os alunos com necessidades especiais de ensino.

Encontramos ainda na escola praticas pedagógicas pautadas em uma concepção tradicional da educação, compreendida como processo de “transmissão” mecânica e de memorização do conhecimento do professor/a ao/a aluno/a. Educação que não leva em conta as diferenças pessoais e culturais dos atores sociais. (MARTINS et al 2011, p.100).

Em visita a sala pude constatar que a metodologia utilizada pela professora é totalmente tradicional, pude ver também que a mesma evita contato com o aluno deficiente intelectual e se dirige a ele de forma ríspida e grosseira, evitando aproximação, pede aos colegas que sentam próximos a ele vejam se ele esta fazendo as atividades, ela evita ao máximo qualquer tipo de contato e o aluno em questão senta na última cadeira em uma das filas da sala. Visto que ele não consegue acompanhar as atividades em sala, não é feita nenhuma atividade diferenciada para ele na qual possa facilitar sua compreensão dos conteúdos passados em sala.

A interação entre professor - aluno é um aspecto fundamental da organização da 'situação didática', tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, Hábitos e habilidades. . (Libaneo, 2013, p.274)

Em entrevista com a diretora cuja área de formação é licenciatura em pedagogia, ela diz “acreditar que os alunos com deficiência em nada atrapalham a

qualidade de ensino/aprendizagem em sala de aula, nem nas avaliações externas pelas quais a instituição passa, ” as reclamações dos professores são divergentes e na maioria das vezes é preguiça de pesquisar, ler e se atualizar a respeito das necessidades educativas especiais (NEE) ”. A mesma informou que sempre são feitas reuniões pedagógicas a fim de orientar, sanar dúvidas e planejar, com o objetivo de diminuir a inseguranças que os professores sentem em sala de aula e trocarem experiências entre si. Essas orientações também se estendem aos colaboradores de serviços básicos da instituição.

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor económico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160 apud RODRIGUES, 2017, p.30).

Em vista a Escola B tive acesso a duas salas de aulas, com professores de áreas diferentes, ambas na mesma escola trabalhando com base no mesmo projeto político pedagógico (PPP- é uma ferramenta que transmite proposta educacional da escola), porém com metodologias e práxis diferentes. Por etapas teremos:

A Professora de Matemática atua na turma do 6º ano, com 12 alunos, sendo cinco com deficiência auditiva, ela não fala a língua de sinais, e disse que essa é uma de suas maiores dificuldades, ou seja, a comunicação com os alunos, mas ela conta com o apoio de uma tradutora interprete de libras para ajudar na compreensão dos conteúdos dos alunos com deficiência auditiva.

Deficiência auditiva é o nome usado para indicar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons. Qualquer problema que ocorra em alguma das partes do ouvido pode levar a uma deficiência na audição. (Ferraz, et al. 2009)

A professora citada ainda não havia trabalhado em sala de aula inclusiva, porém pude observar que a mesma se empenha em traçar metodologias voltadas para todos os alunos de maneira que todos acompanhem o que é passado em sala.

A educação inclusiva requer mudanças no ensino aprendizagem. O professor deve ser preparado adequadamente por meio de processo permanente de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis, com o objetivo de contemplar as necessidades de alunos com necessidades especiais. (CARVALHO, 2015, p.9)

Outra dificuldade ainda encontrada pela professora é a falta de recursos materiais e falta de apoio pedagógico, “é algo que precisa melhorar bastante, para que possa atender a necessidade de todos docentes e discentes”. A professora ainda disse que ter os alunos com deficiência em sala de aula regular não atrapalha os demais alunos e deixou claro que acredita no processo de inclusão, visto que com o apoio da tradutora intérprete os alunos conseguem acompanhar e o andamento da aula que flui normalmente, mas a mesma deixa claro que para melhorar o processo se faz necessário à formação continuada dos professores,

Em visita a segunda sala de aula uma turma seriada com alunos do 7º e 8º ano, pude assistir a uma aula de geografia, a turma é composta por 18 alunos sendo dois portadores da síndrome de Down, no dia da visita a turma apenas uma das alunas com a síndrome estava, pude constatar que a inclusão não acontece, o que acontece é a chamada integração que é quando o sujeito apenas ocupa lugar naquele ambiente, mas não faz parte daquele grupo.

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes os professores apresentam resistência quando o assunto é mudança, causando certo desconforto. (ROCHA,2017, p.2).

Enquanto os alunos copiavam e respondiam em seus cadernos o que havia na lousa, ela apenas pintava um desenho avulso sem nenhuma ligação com o assunto que os demais colegas estavam vendo. Em conversa com o professor, o mesmo informou que já trabalhou com inclusão anteriormente, porém não especificou quais eram as deficiências dos seus antigos alunos, o docente ainda informou que sente dificuldades em planejar as atividades para que atenda as necessidades dos alunos com deficiência e que ainda faltam recursos materiais na escola. O professor ainda disse que a inserção de alunos com deficiência não atrapalha na qualidade de ensino da turma, diz que se torna uma motivação a mais, para os alunos aprenderem. Quando questionado se ele acredita no processo de inclusão o mesmo respondeu que sim, mas que para isso se faz necessário um suporte pedagógico melhor.

A LBI em sua **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015** determina que “toda pessoa com deficiência deve receber assistência/apoio escolar em todas as atividades

escolares, seja ela de alimentação, higiene e locomoção. Em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas ou privadas...”.

A coordenadora da escola B tem formação em Licenciatura em Pedagogia, acredita na inclusão e luta para que a inclusão aconteça. No ponto de vista dela os alunos com deficiência em nada atrapalham a qualidade de ensino da turma, desde que essa seja acompanhada por uma boa equipe pedagógica e multidisciplinar, mas alguns professores de acordo com ela “não buscam aprender, acham que trabalhar com alunos com alguma deficiência tornam o processo de ensino/aprendizagem mais lento. Entretanto existem aqueles que assim como eu acreditam na inclusão e estão sempre dispostos a fazer mais pela educação desses alunos, ainda tão excluídos”.

O rendimento escolar dos alunos com desenvolvimento atípico representa, pelo menos, em primeira instância, uma ameaça ao desempenho desejado pelas instituições de ensino, ansiosas pela premiação que consiste em ajuda financeira e reconhecimento social. Uma forma de responder a essa situação, nem um pouco confortável, e ainda sem posicionamentos precisos dos órgãos da administração da educação, adota-se a estratégia de laudo médico, para designar os “alunos especiais”, resguardo a escola de ter seus índices de rendimento prejudicados para a premiação, porque de posse deste documento, as notas dos referidos alunos serão desconsideradas no cômputo geral de notas da instituição de ensino. (SANTOS, 2012, P.7)

Quando questionada sobre as de avaliações externas da escola, se as notas caem por ter aluno com deficiência inseridos da escola, a resposta foi clara e objetiva”. Não, pois não estamos aqui para medir conhecimentos de forma quantitativa, cada novo aprendizado dos nossos alunos é uma grande conquista e nenhuma nota é maior que isso. As avaliações externas acontecem e os que estão preparados, fazem as avaliações, mas em nada tem nos prejudicado ou diminuído notas das avaliações da instituição”.

De acordo com ALAVARSE (2015, p.3). Temos por exemplo algumas avaliações criadas por iniciativa do Ministério da educação (MEC) tais como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) criado na década de 1980, em 2005 a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e na Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), que, por sua vez, se articularam, em 2007, com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

As experiências iniciais de avaliações externas, até mesmo fora do Brasil, foram justificadas como necessárias para monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer subsídios para seus gestores na formulação de políticas educacionais com dados melhor definidos em termos dos resultados que, por sua vez, decorreriam das aprendizagens dos alunos, mensuradas por instrumentos psicométricos bem elaborados. (ALAVARSE, 2015, p.3).

Sobre a insegurança de alguns professores, a coordenadora informou que estão sempre se reunindo para discutir estratégias para melhor inserir os alunos e conscientizar e tranquilizar os professores, além de palestras que são ministradas nos sábados letivos. Além dos professores os demais colaboradores estão sempre sendo orientados, para melhor acolher os alunos e familiares. A matrícula é realizada dentro dos procedimentos normais da instituição, o procedimento é igual para todos, desde o aluno com deficiência ao aluno dito normal.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com os questionários aplicados nas escolas inclusivas A e B, a professoras das classes de 3º, 6º, 7º e 8º do ensino fundamental, pode-se concluir que os professores acreditam que a interação seja inclusão, ou seja, o fato do aluno estar em uma escola significa que ele esteja sendo incluso. A questão da falta de capacitação dos mesmos é algo preocupante, os professores destacam a falta de capacitação, falta de materiais adequados, falta de suporte, mas podemos ver também que por outro lado o comodismo já tomou conta e os mesmos já não se importam com o que fazer e como fazer em sala de aula para que a inclusão aconteça.

O processo de inclusão em muito avançou, porém ainda existe muito a ser conquistado, é preciso fazer valer todos os direitos adquiridos. A luta continua árdua pois não podemos desistir de ver nossos alunos inclusos. As leis cada dia são mais cobradas e a passos muito lentos vão sendo colocadas em prática.

Tendo em vista os aspectos observados e dados coletados por meio de entrevistas, concluiu-se que em partes a políticas públicas de inclusão estão sendo colocadas em práticas, porém não estão sendo cumpridas em sua totalidade, em muito deixa a desejar. Existem ainda muitas falhas que precisam ser reparadas, a inclusão precisa de um pouco mais de atenção dos órgãos públicos e da sociedade num todo, é necessário que os órgãos responsáveis fiscalizem e que as comunidades onde as escolas estão inseridas cobrem. Há muito a ser feito pela

educação inclusiva, a começar por nós estudantes, docentes e profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS-

### Bibliográficas

EDLER Carvalho, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2010..

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS. Lucia De Araujo Ramos -[et al.] organizadores. **5.. Inclusão: compartilhando saberes/** . ,RJ: Vozes, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade**. Revista @mbienteeducação, São Paulo. 2008

SOUZA, Rita de Cassia Santos. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, 2005

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto político-pedagógico-elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 2002.

### Digitais

ALAVARSE. Ocimar Munhoz. **AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS EFEITOS**, Faculdade de Educação da USP Disponível em:

[https://www.ime.usp.br/caem/anais\\_mostra\\_2015/arquivos\\_auxiliares/mesas/Mesa3\\_Ocimar\\_Alavarse.pdf](https://www.ime.usp.br/caem/anais_mostra_2015/arquivos_auxiliares/mesas/Mesa3_Ocimar_Alavarse.pdf) Acesso: 18 Abril 2019 as 17:02

AVILA. Laís Ferraz Teixeira, SZADKOSKI. Morgana Bica , DA COSTA. Mara Nieckel . **Deficiência Auditiva. Data: 12/01/2009 Disponível em: https://www.pedagogia.com.br/artigos/auditiva/** Acesso: 08 Abril 2019 as 20:58

BRASIL- Ministério da Educação, 2018. **Quais são as faixas etárias de alunos com deficiência que devem ser incluídas no ensino regular e como elas serão adequadas às séries?** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/113-quais-sao-as-faixas-etarias-de-alunos-com-deficiencia-que-devem-ser-incluidas-no-ensino-regular-e-como-elas-serao-adequadas-as-series-> Acesso: 03 de novembro 2018 18:36

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. 518 Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso: 24 de Novembro de 2018 22:46

BRASIL **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência 323.362.4 Acessibilidade** — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. 264 p. Disponível em: [http://www.crfsp.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado\\_de\\_legislacoes.pdf](http://www.crfsp.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado_de_legislacoes.pdf) Acesso: 24 de Novembro de 2018 22:46

BRASIL. Ministério da Educação Centro de Documentação e Informação Edições Câmara Brasília | 2017 **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** 14ª edição. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf) Acesso: 03 de Novembro de 2018 18:24

BRASIL. Ministério da Educação, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ,1994**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192) Acesso: 03 de Novembro de 2018 18:23

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidados\\_sindrome\\_down.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidados_sindrome_down.pdf) Acesso: 11 de Novembro de 2018 11:46

CARVALHO. Joscileide Benícia dos Santos . **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA INCLUSIVA: ESTUDO DE CASO DA ESCOLA CLASSE Nº 64 DE CEILÂNDIA SUL-BRASÍLIA/DF** Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15756/1/2015\\_JoscileideBeniciaDosSantosCarvalho\\_tcc.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15756/1/2015_JoscileideBeniciaDosSantosCarvalho_tcc.pdf) Acesso: **18 abril 2019 as 15:18**

DUPONT Ló. Judithe Eva. **Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizagem.** p.129.2010. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/39608363/187-730-1-pb> Acesso: 24 de Novembro de 2018 22:46

FONTELLES, Mauro José et. al. . **Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa.** Disponível em: [https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf) Acesso: 03 de Novembro de 2018 18:40

LIBANEO. Jose C. **Didática**. 2. Ed.- São Paulo; Cortez, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o/Desktop/tcc%20ver/JC%20LIBANEO%20Didatica.pdf> acesso em 05 Abril 2019 as 18:24

NAZARI, Ana Clara Gomes et AL. **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DISCUTINDO O SEU CONCEITO E MÉTODOS DE ABORDAGEM PARA O TRABALHO.** Disponível em:

[http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/transtorno\\_do\\_espectro\\_autista\\_discutindo\\_o\\_seu\\_conceito\\_e\\_metodos\\_de\\_abordagem\\_para\\_o\\_trabalho.pdf](http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/transtorno_do_espectro_autista_discutindo_o_seu_conceito_e_metodos_de_abordagem_para_o_trabalho.pdf) Acesso: 11 de Novembro de 2018 21:55

RIZZO, Linamara Battistella, **CONCEITO DE DEFICIÊNCIA SEGUNDO A CONVENÇÃO DA ONU E OS CRITÉRIOS DA CIF** Disponível em:

<http://www.mpdft.mp.br/saude/index.php/pesquisas-academicas/governo-federal/224-conceito-de-deficiencia-segundo-a-convencao-da-onu-e-os-criterios-da-cif> Acesso: 03 de Novembro de 2018 18:45

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> Acesso: 18 Abril 2019 as 15:24

RODRIGUES, Polyana Marques Lima [et al.] colaboradores. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: A ARTE DE ENSINAR E O FAZER COTIDIANO;** ISSN 2525-4227, V.03, N.01. Setembro 2017. Disponível em:

<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/pdf/2017/09/3-A-IMPORT%C3%A2NCIA-DA-FORMA%C3%87%C3%83O-CONTINUADA-DE-PROFESSORES-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-B%C3%81SICA-A-ARTE-DE-ENSINAR-E-O-FAZER-COTIDIANO-ID.pdf> Acesso: **05 Abril 2019 as 18:51**

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger.** Rev. soc. bras. fonoaudiol., São Paulo , v. 13, n. 3, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v13n3/a15v13n3.pdf> Acesso em : 11 de Novembro de 2018 12:16

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão** / Samantha Tédde. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f. Disponível em: [https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Samantha-T%C3%A9dde.pdf](https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Samantha-T%C3%A9dde.pdf) Acesso: 11 de Novembro de 2018 21:55.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva. DE LIMA, Francisco José . **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS COM DESENVOLVIMENTO ATÍPICO: INICIANDO O DIÁLOGO.** Eixo Temático: Currículo Escolar, Cultura, Gestão, Organização do Trabalho Pedagógico. Disponível em <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10116/18/17.pdf> Acesso: **18 Abril de 2019 as 17:39**